



EDUCAÇÃO

Celular na escola agora é proibido por lei

Lula sanciona projeto que veta uso do aparelho dentro e fora da sala de aula. Texto deve ser regulamentado em até 30 dias

» VICTOR CORREIA
» MAYARA SOUTO
» RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, o Projeto de Lei 4.932/2024, que restringe o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos nas escolas. A medida valerá a partir da data da publicação, nas redes pública e privada, mas ainda terá de ser regulamentada em um prazo de até 30 dias.

Para Lula, a aprovação do texto pelo Congresso foi “um ato de coragem”. Ele disse ter duvidado de que a proposta seria aprovada. “Eu, muitas vezes, imaginei que os deputados e as deputadas não iriam ter coragem de aprovar essa lei, com medo da internet. Porque hoje o deputado, a deputada, para votar uma coisa, fica pensando: ‘Quantos minutos eu vou apanhar na internet? Quantas pessoas vão se engajar falando mal de mim?’”, comentou o presidente, ao assinar o documento, em solenidade a portas fechadas no Palácio do Planalto.

A medida proíbe o uso dos aparelhos tanto na sala de aula quanto nos intervalos, com exceções pontuais. A ideia é que a ausência dos celulares ajude os estudantes a se concentrarem nas aulas, diminuindo as possíveis distrações, e que permita a interação entre as crianças e os adolescentes em momentos de lazer e atividades sociais.

O ministro da Educação, Camilo Santana, explicou que a intenção não é afastar os jovens da tecnologia, porém que a usem de maneira positiva. “Não somos contra o acesso à tecnologia. Mas queremos que essa ferramenta seja utilizada de forma adequada. Esse projeto restringe e proíbe celular em sala de aula para o uso pessoal. Queremos que o uso desse equipamento só seja utilizado em sala de aula para fins pedagógicos, sob orientação do professor e da professora”, frisou.

Santana citou a importância da medida na socialização de crianças e jovens. “Estamos

também proibindo de usar nos intervalos da sala de aula. Perdemos a cultura do intervalo de sala de aula, de jogar futebol, bola de gude, ler um livro, contar o que fez no final de semana, que faz parte do processo pedagógico. A ideia do projeto de lei é também estimular e fortalecer a relação entre alunos na sala de aula”, acrescentou.

Lula lembrou que outros países aprovaram medidas semelhantes, como França, Espanha, Finlândia, Coreia do Sul e África do Sul.

Educação básica

A nova lei tem origem no PL 4.932/2024, aprovado pelo Congresso em 18 de dezembro do ano passado. “Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica”, diz. Além de celulares, portanto, a medida vale para tablets, smartwatches, computadores e quaisquer outros dispositivos.

Há exceções, contudo. Os aparelhos podem ser usados em sala sob orientação dos professores para atividades exclusivamente pedagógicas ou didáticas, bem como em casos de emergência ou para garantir a acessibilidade, inclusão, saúde e direitos fundamentais dos alunos.

Além da restrição aos aparelhos, a lei determina que as escolas orientem os alunos, em relação aos riscos de sofrimento psicológico pelo uso excessivo de celulares e computadores, e treine os professores e funcionários para detectar casos e ajudar os estudantes.

“O Conselho Nacional de Educação (CNE) vai fazer uma resolução que oriente a rede, as escolas, sobre como fazer isso sem parecer uma opressão”, contou a secretária da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Maria do Pilar Lacerda, que também participou da sanção.

Angelo Miguel/MEC



Lula: “Muitas vezes, imaginei que deputados e deputadas não iriam ter coragem de aprovar essa lei”

O que diz a lei

>> *Uso do celular proibido em todas as etapas da educação básica (educação infantil até o ensino médio) em sala de aula, no recreio e nos intervalos de aula.*

>> *Uso permitido para fins pedagógicos sob orientação de educadores, para promover acessibilidade de alunos com deficiência, para garantia de direitos fundamentais.*

>> *Uso permitido em situações de estado de perigo, estado de necessidade, caso de força maior.*

Rio e São Paulo

A proibição de celulares nas escolas já é lei no Rio de Janeiro e em São Paulo. No município

do Rio, os aparelhos são vetados desde fevereiro do ano passado. No estado de São Paulo, desde dezembro último.

No Rio, a medida adotada pelo prefeito Eduardo Paes (PSD), na época, passou por consulta pública, que registrou mais de 10 mil contribuições. Os resultados mostraram que houve apoio de 83% à restrição, enquanto 6% foram contrários e 11%, parcialmente favoráveis. A mudança foi implementada via decreto municipal.

O secretário de Educação do município, Renan Ferreirinha (PSD-RJ), que também assumiu o cargo de deputado federal, como suplente, no ano passado, foi o relator do projeto em nível nacional, na Câmara. Na visão dele, houve uma forte aceitação da sociedade, tanto de pais quanto de professores, além dos alunos.

“A gente percebeu que já tinha

esse apoio, porque eles entendiam que tinha um processo de falta de respeito com os professores, e essa é uma lei que deixa muito claro: o professor precisa ter o respeito da sua aula”, afirmou, ao **Correio**.

No caso das crianças, o secretário relata que o processo de adaptação foi mais simples. “Até seus 12 anos, é muito rápido o processo de adaptação, porque eles ficam chateados no primeiro dia, mas, no segundo dia, já estão felizes, estão jogando, brincando, correndo.”

Já entre os estudantes a partir dos 13 anos, foi necessário explicar os motivos e ampliar o debate com eles. “Os adolescentes passam a redescobrir a escola, a quadra esportiva, o grêmio estudantil, e é muito interessante vê-los, lembrando que dá para estar mais em uma vivência olho no olho”, explica.

» Mais medidas na Educação

O presidente Lula fará novos anúncios na área da Educação. Um deles é o Programa Mais Professores, que visa incentivar a formação de novos profissionais e valorizar a carreira. Será similar ao Mais Médicos, que oferece uma série de incentivos para que profissionais atuem em municípios onde há falta deles.

Outra medida será o Pé-de-Meia Licenciatura, com incentivo a estudantes que optarem por licenciaturas no ensino superior — cursos voltados para a formação de professores. Alunos que fizeram o Enem no ano passado já terão acesso ao benefício, que pagará R\$ 1.050 por mês. Parte do valor poderá ser sacada pelo aluno mensalmente; outra parte ficará reservada em uma espécie de poupança.

A lei federal — reforça o secretário — não tem coloração partidária. Ele destacou que tanto partidos de direita quanto de esquerda se uniram para levar à frente a discussão no Parlamento. “E a gente conseguiu o melhor texto possível aprovado no Congresso Nacional, que passa um recado claro que diz que a gente precisa dar esse freio de arumação, combater a epidemia de distrações que está em curso, sem ir contra a tecnologia”, disse Ferreirinha.

Para o relator do projeto que virou lei, a tecnologia pode ser aliada dos estudantes, desde que seja utilizada de forma consciente e responsável. “Do contrário, ela acaba sendo uma inimiga no processo educacional. Então, é sobre isso no final do dia, e eu acho que a gente conseguiu dar um grande passo em prol da educação brasileira”, completou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Na questão fiscal, vale o que está escrito

No mundo dos negócios, como nas relações pessoais, credibilidade é fundamental. Esse é o xis da questão quando se compara os indicadores positivos da economia, como o crescimento do PIB, a queda do desemprego, os aumentos da renda média e do salário real, com o ambiente de incerteza que tomou conta do mercado. O governo está diante de uma sinuca de bico: cortar os gastos públicos ou ver a inflação comer a renda de milhões de brasileiros, principalmente dos assalariados que saíram da faixa de pobreza e correm o risco de voltar.

Lula foi eleito com uma narrativa de campanha contra o teto de gastos, que foi substituído por novas regras e diretrizes para as finanças públicas. De comum acordo com o Congresso, deu o pulo do gato e evitou um colapso fiscal no final do mandato de Bolsonaro. Com isso, não precisou adotar uma dura política recessiva no primeiro ano de

governo. Entretanto, se comprometeu com os limites e as prioridades de gastos, arrecadação e endividamento nos anos subsequentes do arcabouço.

O objetivo principal do arcabouço fiscal negociado em 2023 era assegurar a sustentabilidade das contas públicas a longo prazo e, com isso, manter a confiança dos mercados, controlar a inflação e promover o crescimento econômico. Buscava-se equilibrar a necessidade de investimentos públicos com a responsabilidade de evitar déficits excessivos e crescimento descontrolado da dívida pública.

As novas regras estabeleceram que as despesas poderão crescer abaixo do ritmo das receitas, com limites claros, para evitar descontrolado orçamentário. O arcabouço limita o crescimento da dívida pública em 70% da receita no limite de 2,5%. Entretanto, como ocorreu com o teto de gastos no governo Bolsonaro, a nova regra está sendo burlada pelo

governo, com a anuência do Congresso, que é avesso a cortar gastos e, simultaneamente, a aumentar impostos. Sempre que preciso, retiram-se gastos do arcabouço fiscal, para “cumprir” a lei da responsabilidade fiscal sem cortar outras despesas como deveria. Precatórios, gastos com o combate às queimadas, socorro aos gaúchos durante as enchentes do Rio Grande do Sul, por exemplo.

Três cenários

Resultado: a inflação fechou 2024 em 4,83%, muito acima do centro da meta, 3%, e até do teto, de 4,5%. Em dezembro, ficou dentro do esperado, nos 0,52%, porém, como a meta é de 3% em 12 meses (com tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo), os juros crescentes não foram suficientes para segurar os preços. Com a Selic nos 12,25% ao ano, 2025 começa com a inflação em alta.

A alta do dólar tem um papel relevante em tudo isso, com uma desvalorização do real em torno de 27%, o que deve repercutir na inflação dos próximos meses. A perda de confiança na política fiscal do governo impactou o câmbio e os juros futuros. Pode-se responsabilizar a especulação dos agentes financeiros, mas não foi só isso: a demanda de bens e serviços cresceu, a escassez de mão de obra jogou os salários para cima, a Petrobras segurou o preço dos combustíveis, os juros derrubaram o crédito, a inadimplência cresceu, o capital de giro ficou mais caro, a dívida pública cresce. Essa ciranda, segundo o Banco Central, fará com que a Selic chegue aos 14,25% em março, para conter uma explosão inflacionária.

Diante desse quadro, há três cenários. O otimista aposta numa recuperação acelerada, com crescimento de 2,5% a 3,5% do PIB, inflação controlada, investimentos estrangeiros, mais

empregos na construção civil, serviços e tecnologia, ampliação do comércio exterior. O pessimista prevê crescimento abaixo de 1%, com recessão em setores na indústria e no comércio, inflação acima de 6%, instabilidade política, redução do nível de emprego, agravados por desaceleração da China e protecionismo nos Estados Unidos.

O cenário mais realista, porém, aponta para um crescimento entre 1,5% e 2,5%, impulsionado pelo agronegócio e pelas commodities; inflação entre 4% e 5%; ajustes fiscais e tributários parciais; manutenção dos atuais níveis de desigualdade; e novas oportunidades comerciais em razão da regionalização das cadeias globais de valor. O que poderia erradicar o pessimismo e transformar a avaliação mais realista no cenário positivo? Lula aceitar que as despesas do governo respeitem o arcabouço fiscal para recuperar a confiança no ambiente econômico.